

PRIVATARIA
QUEM GANHA E QUEM PERDE
COM AS PRIVATIZAÇÕES EM PORTUGAL

MARIANA MORTÁGUA
JORGE COSTA

PRIVATARIA
QUEM GANHA E QUEM PERDE COM
AS PRIVATIZAÇÕES EM PORTUGAL



BERTRAND EDITORA

Lisboa 2015

INTRODUÇÃO

A democracia portuguesa foi diminuída pelas privatizações. A drástica redução do setor empresarial do Estado sob a adesão à União Económica e Monetária (UEM) significou a eliminação de um campo de possibilidades para a iniciativa pública e para o exercício de uma real autodeterminação económica. Foi, portanto, uma diminuição da democracia.

Sob este empobrecimento democrático, a privatária é também parte do regime social de transferência da riqueza, de baixo para cima, na sociedade, e de dentro para fora do país. A força deste regime é interna, vinda da nossa história contemporânea, do atraso gerado pelo domínio de uma elite protegida pela ditadura e reciclada depois, pela mão do Bloco Central, no acesso às rendas do Estado. Mas é também uma força externa, expressa na transformação de Portugal pela acentuação da dependência e pela chegada do crédito fácil sob a «convergência» na UEM.

Neste livro, estudaremos o essencial da experiência portuguesa sob a privatária. Contaremos e discutiremos a história de alguns dos grandes negócios feitos com recursos essenciais do país ao longo das últimas duas décadas, e da acumulação privada que a sua entrega gerou.

No primeiro capítulo, são passadas em revista as várias fases do processo de privatizações e os argumentos que lhe abriram caminho.

No segundo capítulo, são contados os grandes momentos deste processo. O elenco que propomos traz de volta as escolhas críticas das últimas décadas, que despojaram o Estado de empresas essenciais, e recorda os nomes dos passageiros da «porta giratória» entre Ministérios e grupos privados. É o Portugal que se tornou, na crise, presa fácil para os poderes financeiros.

No terceiro capítulo, discutimos a natureza da privatização enquanto pilar da ideologia neoliberal, que criou os dispositivos de consenso e hegemonia da vaga privatizadora, e também enquanto forma do capitalismo real, que expande sempre o império do mercado e se apropria de qualquer região da existência humana.

Feito este resumo, não queremos partir para o primeiro capítulo do livro sem deixar três breves notas.

Primeira. Este não é um livro sobre a crise. A vaga privatizadora é muito anterior, não responde à crise nem aprendeu com ela. Contra toda a adversidade política ou com todo o vento a favor, a privatária é a estratégia persistente do bloco de poder que se recompôs do susto de 1974/75. Começou a concretizar-se há mais de duas décadas, num período de expansão da procura interna, entrada de capitais europeus e crédito fácil. Hoje, quando a economia portuguesa se contrai sob o efeito da crise e se evidencia a carência de instrumentos de resposta, nenhum dos partidos que governaram nos últimos quarenta anos regista qualquer crítica substantiva às escolhas feitas nesta área. Pelo contrário, depois de subscreverem em conjunto as privatizações dos últimos quatro anos, nenhum dá o ciclo por concluído.

Segunda nota. Rejeitamos que as recentes privatizações sejam uma resposta à crise. Por um lado, esta política não responde ao endividamento. A receita total das privatizações realizadas entre 2011 e 2015, cerca de 9,3 mil milhões de euros¹, cobre pouco mais de um ano de juros da dívida pública portuguesa (cerca de 7,4 mil milhões em 2015). Por outro lado, esta política não tira lições da crise, acentuando sempre a lógica da extração acelerada e da descapitalização. Nos sete primeiros anos da crise (2008-2014), as empresas do PSI-20² distribuíram 13 mil milhões de euros em dividendos, nada menos que o equivalente a 7% do PIB, mesmo quando registaram lucros diminutos ou até prejuízos. Estas empresas, algumas das quais são as entidades mais endividadas da economia portuguesa, anunciaram em 2015 um aumento dos dividendos aos acionistas para um total de 1900 milhões de euros, mais 10% que no ano anterior. Os recém-privatizados CTT decidiram entregar aos novos donos 90% dos lucros.

Terceira nota. Este livro não é sobre um processo em vias de conclusão. Depois dos anéis e dos dedos, a privataria já quer as mãos e os braços, isto é, a transformação em renda privada dos serviços públicos que ainda são salário indireto, riqueza distribuída sob a forma de serviço público: a educação, ameaçada pelo cheque-ensino e pelo favor aos colégios privados; a saúde, em que os cuidados e o estatuto dos profissionais do SNS são diminuídos para abrir o setor às multinacionais; a segurança social, cuja fragilização fomenta os fundos

¹ Esta cifra inclui 2,5 mil milhões de ativos da CGD vendidos desde 2011: 85% da Fidelidade (um terço do mercado segurador) ao grupo chinês Fosun; a Lusíadas Saúde (ex-HPP) à brasileira Amil, entretanto absorvida pela norte-americana UnitedHealth; 10% da Zon, à angolana Isabel dos Santos; 9,6% da Cimpor à Camargo Corrêa, brasileira; 6% da PT e 1% da Galp, em Bolsa.

² A composição em maio de 2015 era a seguinte: BPI, Banif, BCP, EDP, EDP Renováveis, Galp Energia, Impresa, Jerónimo Martins, NOS, Altri, Portucel, Portugal Telecom, REN, Semapa, Sonae SGPS, Teixeira Duarte, Mota-Engil, CTT.

privados que transformam as poupanças do trabalho em sangue novo para o mercado de capitais.

Na escrita e publicação deste livro impusemo-nos prazos apertados. Quisemos dar um contributo útil na resposta à pressa do governo para ainda consumir a venda ou concessão da TAP, da EMEF, da CP Carga e dos transportes urbanos do Porto e de Lisboa. Dedicamos este livro aos trabalhadores e trabalhadoras que, nessas empresas, resistem em nome do que é de todos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a António Pedro Vasconcelos, que nos desafiou com a ideia, e, muito especialmente, ao historiador Luís Bernardo, que connosco pensou a estrutura deste livro, tendo contribuído para a reflexão que agora compõe o terceiro capítulo. Rita Gorgulho elaborou as tabelas, os gráficos e a capa. Belandina Vaz contribuiu com sugestões de redação. Agradecemos ainda a Francisco Louçã, pela leitura e pelas críticas. Sem estas ideias e estes apoios, não teríamos feito este livro (e em tão pouco tempo).

CAPÍTULO 1

QUATRO DÉCADAS DE UMA REVOLUÇÃO A OUTRA

Portugal foi tricampeão de privatizações em 2012, 2013 e 2014, ocupando sempre, nesses anos, o primeiro lugar em volume de vendas a nível europeu. Em 2011, ficou um pouco atrás da Irlanda, mas realizou a segunda e a terceira maiores privatizações do ano na Europa (EDP, REN). Em 2012, foi mesmo o quinto privatizador global, logo depois de potências mundiais como os EUA, China, Brasil e Japão.

Esta revolução, pela sua escala e pelos setores alcançados — os correios e os aeroportos, por exemplo, tinham sido sempre públicos —, é isso mesmo: uma revolução. Mas a apropriação por privados (ou entidades estatais estrangeiras) de monopólios naturais e outros recursos estratégicos iniciou-se vinte anos antes. Com entoações diferentes, a justificação política foi sempre a da superioridade da gestão privada, aliada à pressão das instituições europeias para a redução do défice e da dívida, uma constante ao longo do tempo, ora em função das regras do «mercado comum», ora dos critérios de convergência para a moeda única, ora do memorando com a Troika, ora ainda do tratado orçamental europeu.

**1977-1988: PÚBLICO E PRIVADO, MUDAM AS LEIS
E MUDA O DISCURSO**

Em 1980, o confronto político em torno do modelo económico do Portugal democrático e pós-colonial era ainda demasiado forte para que a estratégia da privatização fosse plenamente assumida. Depois disso, o conflito social continuou a expressar esse confronto, mas assistiu-se a uma deslocação do consenso.

A reorganização das condições de produção ocorre sob relações de força refeitas na revolução e quando se concretizam em lei algumas das conquistas do processo. No pós-ditadura, sem margem para uma reciclagem democrática das elites (como em Espanha), tem lugar um êxodo do capital, que faz das nacionalizações não só um avanço da classe trabalhadora na relação de forças, mas também uma «inevitabilidade sistémica», reconhecida no Parlamento pela maioria dos partidários da propriedade privada (até o PSD aprovou a decisão). Mesmo depois do fim do processo revolucionário, a correlação de forças foi desfavorável à hegemonia liberal. Em contracorrente, o processo privatizador alongou-se. Tratava-se de superar o grande trauma da burguesia portuguesa, vivido em plena erupção do povo e na perda das colónias. A reconstituição de uma classe propriamente dominante é feita pela mão do Estado, como sempre. Mas levará o seu tempo.

O vento de Abril soprará ainda no campo dos direitos sociais, com o desenvolvimento da Segurança Social e do Serviço Nacional de Saúde, bem como nos avanços sobre a liberdade e condição social das mulheres. O setor público nacionalizado era composto por empresas concentradas e de grande dimensão, mais de oitenta (além de mais cento e quarenta participadas). O Estado detém 90% da banca e a maior parte dos transportes, comunicações e energia, o equivalente a um quarto do produto. A reforma agrária, que em 1975 tomou 1,2 milhões de hectares, abrangendo mais de quarenta mil trabalhadores

(e outros tantos eventuais), permaneceu durante uma década, apesar de concentrada na região do Alentejo. Só em 1977 se regista a primeira queda dos salários reais.

Ao longo de mais de uma década, o sistema económico permanecerá sob forte intervenção estatal, com uma classe dominante ainda diminuída e sem condições políticas e financeiras para dirigir a economia. Nestes anos, enquanto o Estado dirige os setores estruturantes, processa-se a recomposição da velha burguesia, no território e no exílio, e a afirmação de novos grupos em setores ascendentes, na distribuição comercial, no imobiliário. Os debates parlamentares, apesar da retórica ambígua daqueles tempos, refletem a mudança da relação de forças social e o lançamento de uma nova hegemonia ideológica.

Entre os protagonistas desta normalização estarão figuras que são longas permanências da política nacional. Alguns, como António Sousa Franco e António Guterres, virão a presidir ao segundo ciclo privatizador, depois dos governos de Cavaco Silva. Mas, em 1977, ainda estão na sexta comissão da Assembleia da República, propondo prudentes alterações à famosa lei da delimitação de setores, que definia as áreas da economia reservadas em exclusivo ao setor público. A lei era apresentada como um constrangimento sobre o capital privado quando, na verdade, ao estabelecer algumas exceções, abria setores à iniciativa privada. Nessas exceções, eram incluídos os cimentos e os adubos, mas também a banca e as seguradoras. Por isso, é à sua esquerda que Mário Soares encontra maior contestação, pelas vozes de Vital Moreira (PCP) e de Acácio Barreiros (UDP). Quando o PCP avisava que as exceções abertas na futura lei acabariam por abranger ainda mais setores económicos, Guterres respondia: «O que nos garante, neste momento, para além da própria redação — que, quanto a nós, dá suficientes garantias —, é a confiança integral que temos no Governo Constitucional que é apoiado pelo nosso partido»¹.

¹ DAR, Série I, p. 3563.

O governo da AD volta à carga por três vezes na tentativa de alargar o alcance da lei de delimitação dos setores. O Conselho da Revolução tem o diploma bloqueado, declarando a sua inconstitucionalidade. Mas, em 1981, o tom do debate já é marcadamente diferente daquele que, quatro anos antes, tinha marcado o ponto de partida desta reconfiguração da economia portuguesa. Com a entrada na CEE em fase de negociações, multiplicam-se as referências ao mercado comum, ao Tratado de Roma e a uma ideia de Europa associada a vagas noções de «economia aberta» ou «livre iniciativa». Assiste-se a uma polarização política cada vez maior.

No seu livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*, publicado em 1983, João Martins Pereira, ensaísta marxista que foi secretário de Estado da Indústria em pleno «Verão Quente», assinala um marco importante, o fim do Conselho da Revolução: «Disse Freitas do Amaral, e parece-me útil registar, que “o dia 30 de outubro (cessação de funções do Conselho da Revolução) será o Dia da Liberdade em Portugal”. Oxalá não seja o contrário, e que ele próprio (do que duvidamos) se venha a arrepender de o ter dito. Esta frase tem, aliás, o mérito de nos restituir à nossa tese anterior: a “democracia”, a “iniciativa privada”, a “libertação da sociedade civil”, a “revisão” não têm sido, ou não foram, combates pela liberdade contra o autoritarismo fascista, mas sim combates contra a memória de 74-75, obsessão e trauma da “classe política” portuguesa» (Pereira, 1983).

A adaptação do novo regime à ordem económica dominante tem como referência essencial a adesão à Comunidade Económica Europeia. Observa-se uma atitude cada vez mais defensiva da parte de quem apelava ao texto constitucional então vigente, reflexo da revolução social, perante os avanços dos partidários da economia de mercado e da liberalização de setores rentáveis. Em 1981, a vitória de Mitterrand e o seu programa de nacionalizações ainda parecem garantir certa pluralidade de modelos económicos na Europa. Mas, apesar do peso que o Estado francês manterá no aparelho produtivo por

muitos anos, o socialismo de Mitterrand, com a viragem de 1983, é colocado na mesma gaveta onde Mário Soares já fechara o do PS.

Em 1981, o futuro privatizador António Vitorino ainda era deputado pela UEDS, uma cisão do PS pela esquerda. No parlamento, enuncia a encruzilhada da economia portuguesa no início da década de oitenta: «Esta lógica de funcionamento do sistema económico pressupõe a eficácia dos mecanismos constitucionais de planificação democrática e a existência de meios eficazes de intervenção do Estado na economia, meios não apenas corretores mas capazes de possibilitarem uma ação económica do setor empresarial do Estado capaz de produzir riqueza e emprego, condições de base para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Ora o que esta proposta de lei [de delimitação dos setores] pressupõe, em termos de lógica da orientação da política económica, é uma crença mítica e serôdia na eficácia messiânica dos mecanismos autor-reguladores de mercado, em suma, uma opção de organização económico-social neoliberal, assente apenas no objetivo da maximização do lucro do investimento privado sem preocupações de natureza social»¹.

O «modelo misto» preconizado [nesta fase] por PS e PSD, é apenas uma forma de discurso intercalar no lento caminho para a privatização generalizada da economia, que ganha formas embrionárias na revisão constitucional de 1982 e na revisão da lei de delimitação dos setores, finalmente conseguida pelo bloco central em 1983. A lei é aprovada com os votos da direita e do PS. No Parlamento, o deputado socialista António Rebelo de Sousa apresenta a rutura com «o socialismo de apropriação de tipo novecentista» (Viegas, 1996). Esta hegemonia permite novos saltos na acumulação e lança a vaga privatizadora. Os seus ideólogos e agentes políticos enfrentarão

¹ DAR, Série I, p. 2614.

todas as dificuldades para encontrar problemas compatíveis com a «solução» que querem impor.

Em França, a partir de 1983, é a *tournant de la rigueur* de Mitterrand, que lança o ciclo privatizador do governo Chirac, em 1986. Na Alemanha Ocidental, a coligação conservadora/ liberal vence em 1983 sob o objetivo de privatizar em larga escala (acabando por não ir tão longe como pretendia). Em Inglaterra e nos Estados Unidos reinam Thatcher e Reagan, enquanto na América Latina dos regimes militares o FMI ditará a sua regra por vinte anos. Voltemos a João Martins Pereira: «As condições da crise económica à escala mundial continuavam pouco propícias ao modelo tecnocrático-expansionista, único que ainda subsistia com um mínimo de “senso” por entre a confusão mental dos vencedores [do 25] de novembro.» Mas, quando pareceria lógico «que o poder político utilizasse da melhor maneira o setor público empresarial, ainda que tão-só para promover a iniciativa privada, isto é, que se servisse do seu próprio poder económico, é o contrário o que sucede. Pensa-se que a melhor maneira de a promover é justamente dismantelar o setor público e apregoar que é ele que está a bloquear a iniciativa privada. Procuram-se todos os bodes expiatórios para explicar por que razão ela continua a não se manifestar. Primeiro, porque o governo era socialista, logo, merecedor de pouca confiança dos investidores (flagrante injustiça, aliás). Depois, pela instabilidade governamental que se lhe seguiu. Mas [em 1983] já levamos três anos de AD e continua a não haver investimento que se veja. O que se passa? É o setor público que absorve os créditos, é a Constituição que não deixa mexer-lhe, é a lei dos despedimentos que assusta os empresários, eu sei lá. (...) Se não acreditamos na iniciativa privada que “democracia” é esta? Como nos apresentamos diante da CEE suplicando que nos acolham? Como negociamos os apoios financeiros internacionais, com gente que só tem na boca o mercado, a concorrência, o espírito empresarial, etc., etc.?»

Dez anos depois de terminado o período revolucionário tem início o longo consulado de Cavaco Silva. É tempo de grandes alterações legislativas e de comprovar mais uma vez que, na vida social, nada é «irreversível» — o adjetivo da Constituição aplicado às nacionalizações.

Em 1985, o programa eleitoral do PS já propunha a revisão da lei fundamental e a remoção das disposições constitucionais «suscetíveis de provocar divisões entre os portugueses», a começar pelo princípio da irreversibilidade das nacionalizações. Em outubro de 1988, é assinado o acordo entre PS e PSD para a revisão constitucional, respondendo aos «desafios colocados pelo aprofundamento da integração de Portugal na CEE». O acordo estipula que as privatizações deveriam fazer-se após avaliação independente e, de preferência, por concurso público, subscrição pública ou oferta em Bolsa. As receitas obtidas seriam afetas à amortização da dívida pública e das empresas públicas, às indemnizações pelas nacionalizações de 1975 e a novas aplicações de capital no setor produtivo. A lei-quadro das privatizações, então prevista, deveria assegurar ainda a manutenção dos direitos dos trabalhadores das empresas a privatizar. Foi aprovada em abril de 1990.

«[A aprovação da lei-quadro das privatizações é] um ato de importância transcendental, na medida em que altera substancialmente o quadro de relações entre a pessoa, a sociedade e o Estado.»

RUI MACHETE, abril de 1990

Anos mais tarde, Sousa Franco, já ministro das Finanças do governo de António Guterres, faz um balanço provisório do ciclo privatizador: «Uma vez conseguido o consenso social e político relativo ao modelo de sociedade e de economia que a nossa entrada na UE representou, o processo das reprivatizações insere-se neste contexto de mudança ou reforma estrutural necessária para a concretização do projeto de integração

européia e da participação na construção de uma Europa solidária, coesa e próspera»¹.

Adaptada a estrutura constitucional e legal portuguesa, o processo de privatização inicia-se pelo setor financeiro. Como veremos de seguida, é o tempo da euforia com a integração europeia e com a viragem para o *boom* imobiliário. A segunda fase do ciclo privatizador, já sob Guterres, concentra-se nos monopólios naturais, serviços básicos que são rendas garantidas: energia, telecomunicações, vias rodoviárias. O processo de privatizações é retomado por José Sócrates (REN, EDP Renováveis) e radicalizado no último ano do seu mandato, na negociação do financiamento europeu durante a crise da dívida pública. O quarto Programa de Estabilidade e Crescimento proposto à União Europeia (PEC IV) incluía já o pacote de privatizações que veio a ser consagrado no memorando de entendimento com a Troika, assinado por Sócrates, Passos Coelho e Paulo Portas. Este ciclo privatizador distingue-se profundamente dos anteriores na medida em que desaparecem os vestígios da retórica do «capitalismo popular». Por outro lado, a ideia da maior eficiência da gestão privada está profundamente ferida após os resgates do sistema financeiro privado. Resta, portanto, o estado de necessidade: a nova vaga privatizadora é justificada com a chantagem dos credores.

CAVACO: RECONSTRUIR A BURGUESIA ATRAVÉS DA BANCA

A estratégia do governo Cavaco Silva é a de um reforço histórico dos grupos económicos. O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, cria um leque de instrumentos financeiros para recolha de poupanças e sua canalização para o mercado de

¹ Franco, António Sousa, 1999, Prefácio a *Privatizações e Regulação: A Experiência Portuguesa*. Lisboa: Direção-Geral de Estudos e Previsão, xv-xvii.

capitais, incluindo benefícios fiscais para as aplicações acionistas. Os grupos económicos são capitalizados a partir do Estado, com a indemnização pelas nacionalizações de 1975 e também com o acesso a importantes reservas financeiras, as companhias seguradoras privatizadas em saldo.

«Falemos claro e sem papas na língua. O objetivo é fomentar e reforçar a classe empresarial portuguesa pela via das privatizações.»

MIGUEL CADILHE, 1991

Entre 1988 e 1990, oito seguradoras e onze bancos são transformados em empresas de capitais maioritariamente públicos (Rosa, 2013) e não tardará a que esses processos se completem. Em abril de 1992, Champalimaud regressa aos negócios em Portugal, comprando a Mundial Confiança por 18 milhões de contos. A Império é vendida aos Mello em 1993 e a Bonança em 1994. Pouco antes, a Tranquilidade regressava ao Grupo Espírito Santo. Com esse novo músculo financeiro, recursos próprios das seguradoras, os beneficiários deste ciclo estão preparados para o seu segundo momento, a privatização da banca.

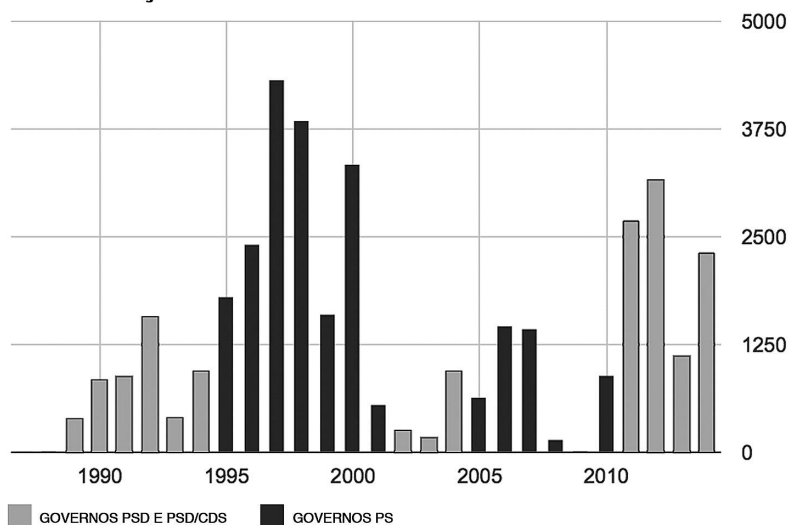
Entretanto, avançam alguns outros processos, como a venda de 49% da Unicer, logo em 1989, a favor do consórcio entre as famílias Guedes (Sogrape), Soares de Pinho (Arsopi) e Violas. Um ano depois é vendido o resto, ao mesmo tempo que a Centralcer. Na comunicação social, a Lusomundo (propriedade dos herdeiros de João Bordallo, fundador do Banco Português do Atlântico e sócio de Tomé Feteira) compra o *Jornal de Notícias* em 1990 e o *Diário de Notícias* em 1991. Nos transportes, a Rodoviária Nacional é desmantelada por regiões e vendida entre 1992 e 1994. Na indústria, a Quimigal é privatizada em 1992, Siderurgia e Cimpor são vendidas em 1994. Secil, Celbi e Portucel em 1995. Na Tabaqueira, que foi dos Mello antes da revolução, a privatização é preparada por

um presidente, Walter Rosa, que é também administrador do Grupo Mello, que volta a adquirir a mesma Tabaqueira. Álvaro Barreto, ex-ministro, é administrador da Soporcel pública e, ao mesmo tempo, do Grupo Mello e da Sonae, que ficará com 13% da papelreira.

A primeira fase da privatização da Galp (25%) concretiza-se em 1992, por ajuste direto, em benefício dos maiores grupos de capital nacionais, nada menos que oito das nove maiores fortunas: Espírito Santo, Champalimaud, Amorim, Belmiro, Patrick Monteiro de Barros, Mello, estão todos no consórcio comprador.

A paisagem industrial e da propriedade acionista transforma-se, mas a mudança mais profunda ocorre no setor financeiro. Além da dinastia Espírito Santo, que regressa do exílio para o comando do então BESCL, dois novos núcleos de banca privada vão absorver grande parte das privatizações no setor financeiro: o BPI e o BCP, ambos fundados em 1984 a partir da congregação de capitais industriais do Norte.

PRIVATIZAÇÕES 1989-2014



No final do consulado de Cavaco, o setor público conserva ainda grandes grupos: a Caixa Geral de Depósitos, principal banco do país, o Banco Nacional Ultramarino, os seguros Fidelidade, peso no imobiliário, no gás e em empresas estratégicas como a Cimpor. A Petrogal continua controlada pelo Estado. A EDP e a PT, públicas, dominam os mercados da energia e das telecomunicações.

GUTERRES: A ENTREGA DOS MONOPÓLIOS DE RENDA GARANTIDA

A estrutura bancária já privatizada será estratégica para a condução financeira do segundo ciclo das privatizações, dirigida pelos governos de António Guterres (1995-2002). É nesses bancos que vai assentar o fortíssimo endividamento dos grupos que acorrem aos novos negócios: a privatização de rendas monopolísticas, o imobiliário, a grande distribuição. Este endividamento confere à banca privada uma influência importante sobre os grandes grupos. O BES é credor e acionista da PT, mas é hegemónico em setores do turismo, construção e transporte aéreo, com alianças com os Champalimaud, Queiroz Pereira, entre outros. Vários dos grandes acionistas do BCP (EDP, Mello, Teixeira Duarte) são também grandes devedores do banco.

Ao fim de sete anos no governo, o Partido Socialista regista um recorde de vendas: 15,9 mil milhões de euros, mais do dobro do ciclo cavaquista (6,8 mil milhões). A explicação está no valor dos monopólios transformados em rendas garantidas: Galp, PT, Brisa, EDP.

«Por cada empresa que privatizo abro uma garrafa de champanhe.»

JOSÉ PENEDOS, secretário de Estado da Indústria, 1996

A retórica do «capitalismo popular» reacende-se, sobretudo na primeira fase de privatização da EDP. Os bancos

emprestam massivamente para a compra de ações e 800 mil compradores acorrem à venda. Serão donos da EDP por pouco tempo. Depressa integram esquemas de procurações em massa que criam maiorias acionistas dominadas pelos intermediários bancários. E ao chegar o prazo autorizado para vender, centenas de milhares destes acionistas de circunstância correm a realizar mais-valias, concentrando as ações nas mãos de grandes grupos.

Entre 2002 e 2004, os governos da coligação PSD/CDS, liderados por Durão Barroso e Santana Lopes, realizam 1,3 mil milhões euros de receita de privatizações. São vendidas a Enatur, com as Pousadas de Portugal, ao Grupo Pestana; a Empresa de Celulose do Tejo; a Aeronáutica de Portugal. Entraram capitais privados brasileiros nas OGMA, especializadas em reparação de material aeronáutico civil e militar.

Estes dois governos destacaram-se pelo recurso generalizado a receitas extraordinárias, incorporando fundos de pensões no sistema público, com efeitos de curto prazo e custos de médio e longo prazo, e ainda pela venda de receitas tributárias, um fiasco orçamental em benefício do maior banco norte-americano, o Citigroup. Foi ainda vendida a rede fixa de telefone à PT, já privatizada em grande parte, por um valor que se revelaria cerca de um sexto do que representou depois, quando a empresa começou utilizar a rede fixa para fornecer Internet e televisão por cabo.

A LISTA DA TROIKA SOB SÓCRATES E PASSOS COELHO

José Sócrates retomará no seu primeiro mandato a euforia guterrista na privatização de setores estratégicos incluindo na lista a Galp, REN, EDP Renováveis e outras. No caso da EDP Renováveis, o BES inicia um percurso cheio de incidentes judiciais em processos de privatização. Logo em 2012,

a CMVM relata a prática de tráfico de informações reservadas na venda da EDP à chinesa Three Gorges.



António Borges

António Borges foi vice-presidente do PSD, vice-governador do Banco de Portugal e vice-presidente do conselho de administração do banco norte-americano Goldman Sachs. Foi administrador não-executivo do Grupo Jerónimo Martins até transitar para o FMI, em 2010, quando foi dirigir o departamento europeu do FMI, de onde saiu no final de 2011. Regressou então ao cargo na Jerónimo Martins, que acumulou com a consultoria ao governo no programa de privatizações. Nos primeiros dias, declara que «diminuir salários não é uma política é uma urgência». Em doze meses, o Estado pagou mais de 300 mil euros à empresa de António Borges pelos seus serviços de consultoria na renegociação de parcerias público-privadas e na reestruturação do setor empresarial do Estado. Faleceu em agosto de 2013.

Apesar de inicialmente atrasado pela crise do mercado financeiro, o plano de privatizações desenhado pelo Partido Socialista no PEC IV e consagrado no memorando com a Troika tem avanços importantes, sob o governo Passos/Portas, sobretudo em 2012 e 2013. É a mais intensa vaga de privatizações da história portuguesa, considerando o seu período, apenas três anos, e os montantes reunidos nas vendas. Somando o valor da venda dos CTT às receitas obtidas com as privatizações da EDP, REN, ANA e seguros Fidelidade, o Estado português acumula um encaixe de 6,9 mil milhões desde o início do programa da Troika, o equivalente a 4,2% do PIB. A venda da EDP (21%) à chinesa Three Gorges rendeu 2,7 mil milhões de euros; a venda da REN (40%) à State Grid e à Oman Oil realizou-se por 592 milhões; e a Vinci francesa comprou a ANA por 3 mil milhões. A meta de receita estabelecida pelos credores no memorando de entendimento,

5,5 mil milhões de euros, foi largamente superada: entre 2011 e 2014, o encaixe das privatizações atingiu os 9,3 mil milhões (P, 03/10/2014).

«Esgotada a capacidade de endividamento dos grupos portugueses, os candidatos são agora estrangeiros.»

EDUARDO CATROGA, ex-ministro das Finanças
e *chairman* da EDP chinesa, 2013

Os grupos privados nacionais estão fora da disputa e o efeito da privatização é a condução de riqueza para fora do país: a receita imediata sai, pelo pagamento da dívida; no longo prazo, os dividendos perdidos pelo Estado saem a favor do capital estrangeiro. Nesta fase, os novos poderes que se afirmam são os do capital angolano — em associação com o Grupo Amorim, na Galp, ou tomando posições em empresas já privatizadas — e da China, de onde chegou mais de metade do encaixe dos anos da Troika.

Ao longo deste quarto de século que dura o ciclo privatizador português, a afirmação de um capitalismo rentista fortemente protegido pelo favor do Estado resultou numa economia débil e especialmente vulnerável à tormenta internacional.